

**Aviso n.º 17248/2012****Procedimento concursal comum (Código da publicação do procedimento 12/C/2012), com vista ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico do mapa de pessoal da Direção-Geral dos Serviços Prisionais.**

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, torna-se público que a Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos aprovados no decurso da aplicação dos métodos de seleção, relativos ao procedimento concursal comum (Código da publicação do procedimento 12/C/2012), para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Aviso n.º 7714/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 108, de 4 de junho de 2012, foi homologada por despacho da Subdiretora-Geral dos Serviços Prisionais, de 29 de novembro de 2012, encontrando-se afixada em local visível e público nas instalações desta Direção-Geral, na Av. da Liberdade n.º 9, 2.º andar em Lisboa, e disponibilizada na página eletrónica em [www.dgsp.mj.pt](http://www.dgsp.mj.pt) conforme o previsto nos números 4, 5 e 6 do artigo 36.º da referida Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

5 de dezembro de 2012. — O Presidente do Júri, *João Paulo dos Santos Gouveia*.

206618449

**Aviso n.º 17249/2012****Procedimento concursal comum, com vista ao preenchimento de um posto de trabalho de Assistente de Psiquiatria da carreira especial médica — área hospitalar do mapa de pessoal da Direção-Geral dos Serviços Prisionais.**

Nos termos do n.º 6 do artigo 24.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, torna-se pública a Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos aprovados no decurso da aplicação dos métodos de seleção, relativa ao procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente de Psiquiatria da carreira especial médica — área hospitalar, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Aviso n.º 7710/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 108, de 4 de junho:

1 — Candidatos Aprovados:

Número	Nome	Valores
1.º	Maria Helena da Silva Correia. . . . .	16,940
2.º	Isabel Maria Casimiro de Brito . . . . .	16,080
3.º	Ana Maria Nobre Barroso Ramos . . . . .	15,290

2 — Candidatos Excluídos:

Não existem.

A Lista Unitária de Ordenação Final, homologada por Despacho da Subdiretora-Geral dos Serviços Prisionais, de 17 de dezembro de 2012 foi notificada aos candidatos, através de ofício registado, encontrando-se afixada em local visível e público nas instalações desta Direção-Geral na Av. da Liberdade n.º 9, 2.º andar em Lisboa, e disponibilizada na página eletrónica em [www.dgsp.mj.pt](http://www.dgsp.mj.pt) conforme o previsto nos números 4, 5 e 6 do artigo 24.º da referida Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio.

Do despacho de homologação da referida lista, pode ser interposto recurso administrativo nos termos do n.º 3 do artigo 27.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio.

17 de dezembro de 2012. — A Presidente do Júri, *Filomena Maria do Nascimento Fortes*.

206618343

**Aviso n.º 17250/2012****Procedimento concursal comum (Código da publicação do procedimento 15/C/2012), com vista ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico do mapa de pessoal da Direção-Geral dos Serviços Prisionais.**

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, torna-se público que a Lista Unitária de Ordenação Final dos candidatos aprovados no decurso da aplicação dos métodos de

seleção, relativos ao procedimento concursal comum (Código da publicação do procedimento 15/C/2012), para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho na carreira/categoria de assistente técnico, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, conforme Aviso n.º 8432/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 22 de junho de 2012, foi homologada por despacho da Subdiretora-Geral dos Serviços Prisionais, de 17 de dezembro de 2012, encontrando-se afixada em local visível e público nas instalações desta Direção-Geral, na Av. da Liberdade n.º 9, 2.º andar em Lisboa, e disponibilizada na página eletrónica em [www.dgsp.mj.pt](http://www.dgsp.mj.pt) conforme o previsto nos números 4, 5 e 6 do artigo 36.º da referida Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro.

17 de dezembro de 2012. — A Presidente do Júri, *Maria d'Ascensão Palminha Henriques Montenegro Machado*.

206618554

**Despacho (extrato) n.º 16514/2012**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, após a conclusão do procedimento concursal comum (Código da publicação do procedimento 4/C/2012), aberto pelo Aviso n.º 4927/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 65, de 30 de março de 2012, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Maria da Graça Pereira dos Santos Carlos, para o exercício de funções na carreira/categoria de assistente técnico, ficando a auferir 683,13 € de remuneração base (1.ª posição remuneratória; 5 nível remuneratório), com efeitos a 8 de novembro de 2012.

12 de dezembro de 2012. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

206618205

**Despacho (extrato) n.º 16515/2012**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, após a conclusão do procedimento concursal comum (Código da publicação do procedimento 4/C/2012), aberto pelo Aviso n.º 4927/2012, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 65, de 30 de março de 2012, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com José Luís da Silva Pinto, para o exercício de funções na carreira/categoria de assistente técnico, ficando a auferir 683,13 € de remuneração base (1.ª posição remuneratória; 5 nível remuneratório), com efeitos a 9 de novembro de 2012.

12 de dezembro de 2012. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

206618279

**Despacho (extrato) n.º 16516/2012**

Por despacho do Diretor-Geral dos Serviços Prisionais, de 29 de novembro de 2012, torna-se público que, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 73.º do RCTFP, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, a trabalhadora Ana Cristina Amaro Mendes Dourado concluiu, com sucesso, o período experimental na categoria de técnica superior de reeducação de 2.ª classe, da carreira técnica superior de reeducação, com a avaliação final de 19,5 valores, na sequência da celebração, com esta Direção-Geral, do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a 17 de fevereiro de 2012.

19 de dezembro de 2012. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.

206618157

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DO EMPREGO****Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações****Despacho n.º 16517/2012**

Através do Despacho n.º 17818-G/2002, de 23 de julho, do então Secretário de Estado das Obras Públicas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 183, de 9 de agosto de 2002, foi declarada a utilidade pública, com caráter de urgência, da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra da **Concessão Norte – A7/IC 5 – lanço Guimarães-Fafe – sublanço Calvos-Fafe**, constituindo o ato administrativo que acabou por legitimar a posse

administrativa e a expropriação efetiva de praticamente a totalidade dos terrenos ocupados.

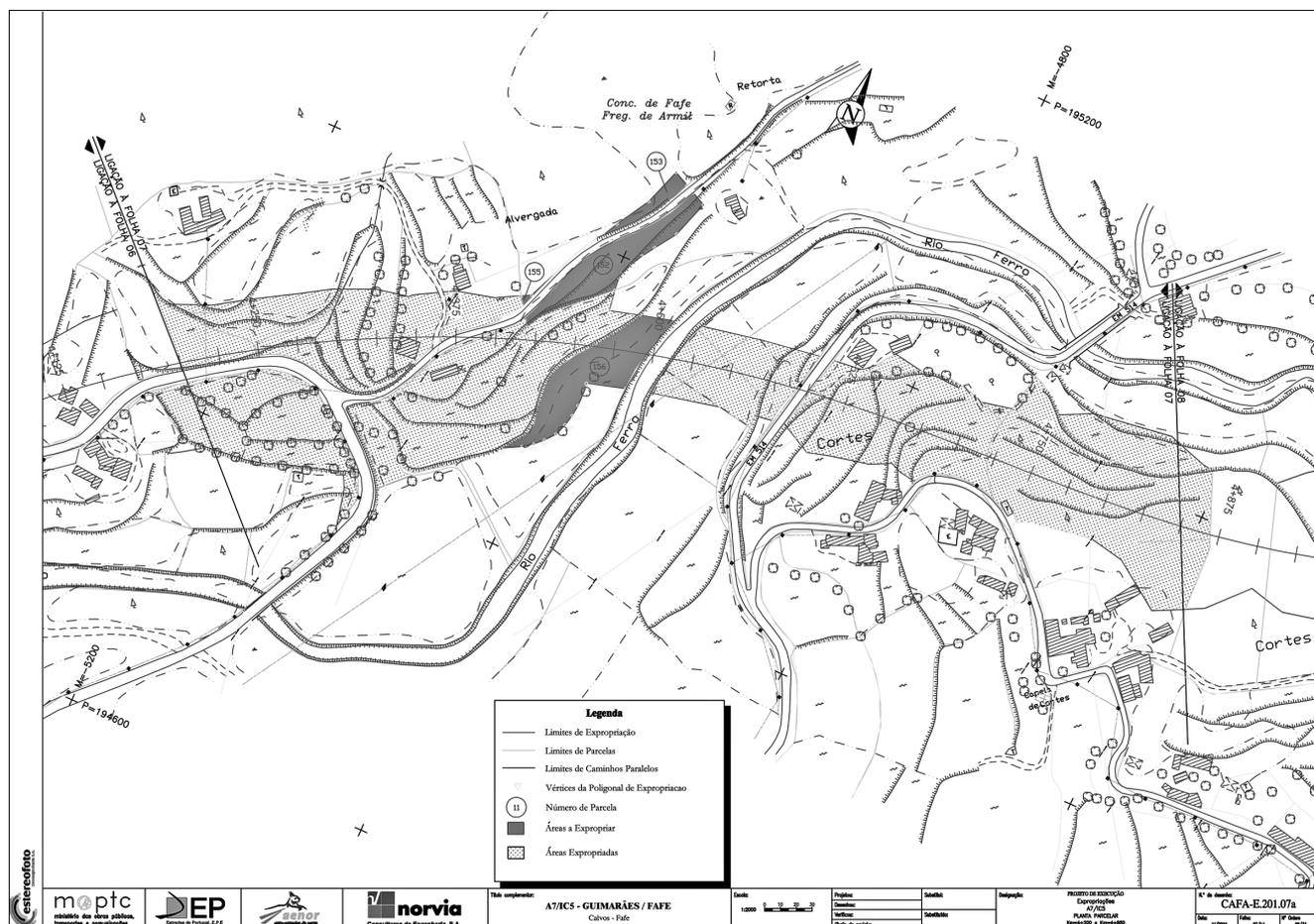
Na sequência de decisão judicial proferida no âmbito da ação administrativa comum interposta pelos expropriados, a mencionada declaração de utilidade pública foi declarada nula, por Acórdão de 5 de fevereiro de 2004, proferido pelo Supremo Tribunal Administrativo, no que concernia à expropriação das parcelas n.ºs 152, 153, 155 e 156, necessárias para a execução da obra em causa, com fundamento no não cumprimento dos procedimentos legalmente exigidos para a desanexação de parcelas de terreno inseridas na Reserva Ecológica Nacional (REN).

Considerando que através do despacho conjunto n.º 9929/2008, de 18 de março, do então Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, e do então Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, foi reconhecido o relevante interesse público da execução da obra em causa e consequentemente autorizada a utilização dos solos classificados como Reserva Ecológica Nacional que permitiu proceder à desanexação das parcelas em causa, atento o interesse público de que se revestiu a construção da referida obra, e considerando a supra mencionada decisão judicial, ao abrigo dos artigos 1.º e 3.º, e nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e do n.º 2 do artigo 15.º, todos do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi conferida pelas Leis n.ºs 13/2002, de 19 de fevereiro, 4-A/2003, de 19 de feve-

reiro, e 67-A/2007, de 31 de dezembro, alterado e republicado pela Lei n.º 56/2008, de 4 de setembro, atenta a Resolução de Expropriar do IEP – Instituto das Estradas de Portugal de 30 de abril de 2002, que aprovou a planta parcelar e o respetivo mapa de expropriações das parcelas de terreno n.ºs 152, 153, 155 e 156, necessárias à construção da obra da “**Concessão Norte – A7/IC 5 – lanço Guimarães-Fafe – sublanço Calvos-Fafe**”, declaro, no exercício da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 10353/2011, de 5 de agosto, do Ministro da Economia e do Emprego, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 157, de 17 de agosto de 2011, a utilidade pública da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, das parcelas de terreno n.ºs 152, 153, 155 e 156, necessárias à execução da referida obra, identificadas no mapa de áreas e na planta parcelar em anexo, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial dos direitos e ónus que sobre eles incidem, bem como os nomes dos respetivos titulares, louvando-se a expropriação das parcelas de terreno abaixo identificadas no interesse público subjacente à mencionada obra.

Os encargos com a expropriação em causa serão suportados pela EP – Estradas de Portugal, S.A.

18 de dezembro de 2012. — O Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Sérgio Paulo Lopes da Silva Monteiro*.



206619323

## Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.

### Declaração de retificação n.º 1634/2012

Por ter saído com inexatidão a deliberação (extrato) n.º 1959/2012, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 244, de 18 de dezembro de 2012, procede-se à respetiva retificação:

Assim, onde se lê:

«Ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 143/2012, de 11 de julho, que estabeleceu a nova orgânica do Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P. (IEFP, I. P.) e no artigo 3.º, n.º 3 da Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, que

aprovou os Estatutos do IEFP, I. P., e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, com a redação da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, que estabeleceu o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), por deliberação do Conselho Diretivo de 22 de novembro de 2012, e até à conclusão do procedimento concursal para recrutamento e provimento do referido cargo, sem prejuízo do direito de opção pelo respetivo vencimento ou retribuição base da função, cargo ou categoria de origem, conforme previsto no artigo 31.º do EPD, foi nomeada, em regime de substituição, Coordenadora do Núcleo de Gestão de Competências da Direção de Serviços de Desenvolvimento de Competências, a licenciada Maria Irene Marques da Silva Luz, que detém a competência técnica e aptidão para o exercício